

Por que será que temos que debater nesta Casa o endurecimento dessa conduta?

Fico chocado diante da atitude dos meus conterrâneos do Estado de Rondônia. Felizmente, não foi uma quantidade muito grande de rondonienses que foram às ruas, mas é de lamentar essa conduta, quando neste momento tenta-se tornar mais dura a pena para quem compra votos, para quem distorce o processo eleitoral, para quem utiliza o poder econômico e político para distorcer as eleições. Não podemos admitir que parte do setor social consciente – e é parte do setor empresarial – venha cometer tal tipo de conduta.

Então, é de lamentar este movimento que se busca fazer no Estado de Rondônia no sentido de evitar que o TSE julgue uma eventual conduta irregular, que avalie se o Governador do Estado de Rondônia comprou ou não votos nas últimas eleições.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB – BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pedi a palavra exatamente no preâmbulo de um debate dos mais importantes que esta Câmara dos Deputados realizará este semestre. A sociedade queria uma reforma política. Chegamos a uma reforma eleitoral, que será importante para que esta Casa se afirme como uma Câmara moderna, que está subvertendo inclusive a lamentável rotina de que aqui não se vota. A decisão do Presidente Michel Temer de fazê-la romper com as algemas das medidas provisórias provocou uma visibilidade positiva sua para toda a sociedade brasileira. Orgulha-me verificar que começam a mudar as estatísticas a nosso respeito.

Mas falta algo, Srs. Deputados. Falta recuperar o direito à cidadania de 52% da população. As mulheres, algumas estão ali nas galerias – olhem para cima, Srs. Deputados! –, que não são cidadãs de segunda categoria, querem estímulo para participar da política. Adquirimos direito ao voto em 1932, cristalizamos esse direito em 1934, mas ainda não garantimos a obrigatoriedade da cota de 30%. Vamos apresentar emenda incluindo o vocábulo “obrigatório”. (*Palmas.*)

Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Líderes, Deputado Flávio Dino, que incorporou duas das nossas proposições, queremos que o Fundo Partidário focalize que a milenar opressão não educou a mulher para o ambiente fora do lar. Queremos que esse fundo destine 10% à formação política das mulheres e 20% à propaganda partidária. Não é propaganda eleitoral, é propaganda partidária, com inserções semestrais, programas políticos dos partidos! Neste sentido estamos apelando aos Líderes.

Vamos dar um retrato novo a esta Casa, moderno, atual. Não importa, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, se são Deputados de direita, de centro ou de esquerda. Essa questão é suprapartidária, é de cidadania. No dia 8 de março os senhores nos ofe-

receram flores e lembraram mães, esposas e filhas. Está na hora de todos os partidos darem um passo à frente para nossa cidadania, garantindo 30% de cota para a mulher na política. O Brasil, na América Latina e Caribe, só está à frente da Colômbia, do Haiti e de Belize. Na Argentina, 46% do Parlamento é composto por mulheres. Nós, Srs. Deputados, somos 45 – poucas, mas ruidosas! –, colorindo, sim, este plenário e pedindo a V.Exas...

(*O microfone é desligado.*)

A SRA. ALICE PORTUGAL – ...neste eleitorado e nesta garantia de cidadania plena. Hoje Bertha Lutz é lembrada, Chiquinha Gonzaga está presente, Leila Diniz está presente (*palmas*), Maria Quitéria está presente, Luiza Mahim está presente, Margarida está presente. São mulheres do passado e do presente construindo a cidadania plena do futuro.

Votem nas emendas das mulheres, Srs. Deputados brasileiros!

Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. JORGINHO MALULY (DEM – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 2 assuntos me trazem à tribuna nesta tarde.

Informo primeiramente, Deputado Ricardo Berzoini, que no dia 9 de julho será feriado em São Paulo, em homenagem aos heróis da Revolução Constitucionalista de 1932.

Quando eu era garoto, estudei na Escola Estadual Professor Jorge Corrêa, em Araçatuba. A minha professora de Música, D. Ditinha Miragaia, era irmã de um dos jovens Miragaia, conhecidos como MMDC. Eles faleceram na tragédia daquele movimento estudantil, em defesa dos valores constitucionais da democracia, que eram ultrajados naquele momento.

Sou Deputado por São Paulo, Presidente Michel Temer. V.Exa. também o é. Deixo registrada a nossa homenagem aos garotos do MMDC – Euclides, Martins, Drausio e Camargo –, que, em defesa da democracia, da Constituição, enfrentaram as forças da Ditadura Vargas, em 1932, e tombaram na defesa dos seus ideais.

Passo a abordar outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acabou de se encerrar bela audiência pública na Comissão de Agricultura. Os citricultores do Brasil, especialmente os de São Paulo e do Nordeste, lançaram o Grito da Citricultura.

O cartel das indústrias monopoliza o comércio de laranja, de citros, gerando desemprego, pobreza e dificuldades para os pequenos produtores do interior de São Paulo e do Nordeste.

O Deputado Abelardo Lupion abraçou essa causa e está organizando para amanhã um manifesto de urgência. Tentaremos sensibilizar o Governo Federal para que interfira nesse assunto e salve os empregos

do interior dos Estados de São Paulo, Bahia e Sergipe, os maiores produtores de citros do Brasil.

Nesse documento há 6 tópicos. Vou citá-los para que façam parte do meu pronunciamento: restabelecer a concorrência no setor; limitar a verticalização; estabelecer preços mínimos para a laranja e para o suco; incentivar a ampliação do mercado para a laranja e para o suco; criar um sistema de informações – não existe, por incrível que pareça –, que torne o setor mais transparente, como ocorre na Flórida, por exemplo (a informação errada sobre 50 mil, 100 mil caixas a mais reflete diretamente no preço da exportação e

no bolso do produtor brasileiro); instituir, como foi feito com a cana, o CONSECITRUS, um índice de preços que acompanha a realidade, para garantir condições de comercialização.

Deixo registrados, portanto, minha homenagem à memória dos garotos do MMDC, da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, e meu apoio aos citricultores do Brasil, em especial aos do interior do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

O Grito da Citicultura

Há mais de uma década, a indústria de suco de laranja iniciou o processo de concentração e verticalização do mercado mundial de citros. Hoje, o processamento concentra-se nas empresas Cutrale, Fischer, Louis Dreyfus e Citrovita que, com suas parcerias estratégicas com os grandes engarrafadores (Coca Cola e Pepsi Cola entre outros), têm o controle do setor, desde a produção da fruta até o suco na embalagem final na prateleira do supermercado. Estas empresas controlam também cerca de 50% do processamento de citros na Flórida, o segundo maior produtor mundial de suco.

A remuneração dos citricultores que, em valores atualizados era de US\$ 4,5 por caixa de 40,8 kg, livre de colheita e frete, até meados da década de 90, caiu para um patamar de US\$ 2,5, apesar do brutal crescimento dos custos.

Os baixos preços provocaram a transferência de renda para a indústria, impediram que os citricultores renovassem os seus pomares e impuseram-lhes perda de produtividade e acúmulo de dívidas. Só no Estado de São Paulo, desde a década de 90, mais de 20 mil citricultores foram obrigados a abandonar o setor e muitos outros serão inviabilizados se nada for feito.

Financiados pela renda apropriada dos citricultores, pelo subfaturamento do suco exportado e pelo próprio BNDES, as indústrias fecharam e adquiriram seus concorrentes, ampliaram seu parque industrial, implantaram um sistema de transporte a granel em escala mundial que, por um lado contribui para que o Brasil mantenha o controle do mercado, mas por outro, constitui-se numa enorme barreira de entrada para novos concorrentes. Hoje, as indústrias já produzem cerca de 50% da laranja que processam e continuam plantando novos pomares.

Regulamentação.

Tentamos, há mais de uma década, uma auto-regulamentação do setor através do Consecitrus. Solicitamos que as autoridades tomem medidas no sentido de:

- Restabelecer a concorrência no setor (Coibindo a divisão dos produtores, impedindo a fixação de políticas comerciais uniformes e reduzindo as barreiras de entrada para novos concorrentes)
- Limitar a verticalização (Impedindo a expansão dos pomares da indústria; limitando a concentração do setor citrícola e incentivando a aquisição de fruta dos pequenos e médios produtores)
- Estabelecer preços mínimos para a laranja e para o suco.
- Incentivar a ampliação do mercado para a laranja e para o suco (Criando um fundo nos moldes do Depto de Citros da Flórida, promovendo, através de campanhas de marketing, a laranja e o suco brasileiros e organizando e incentivando o mercado interno).
- Criar um sistema de informações que torne o setor mais transparente (a exemplo da Flórida).
- Instituir o Consecitrus, com o objetivo de assegurar a efetiva aplicação das medidas de regulamentação, que reduzirão a assimetria, assegurando ao citricultor e demais elos da cadeia produtiva, uma participação justa na renda do setor.